

PROCESSO Nº

1258/18

REG. PROC. Nº

FL. 1

FOLHA Nº



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo

AUTOS DE

ARQUIVADO

PROJETO DE LEI Nº 62/18

DISPÕE A PROIBIÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE
PROPAGANDAS MEDIANTE TIRACAS DE
PANFLETOS NA PARTE EXTERNA DE
VEÍCULO AUTOMOTOR

Autor: de

VER. CARLOS A. LEITE

AUTUAÇÃO

Aos

vinete e oito

dias do mês de

maio

de

2018

autuo

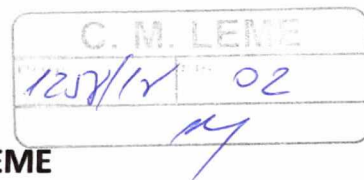
o PL. 62/18 em frente

Eu,

,subscrevi

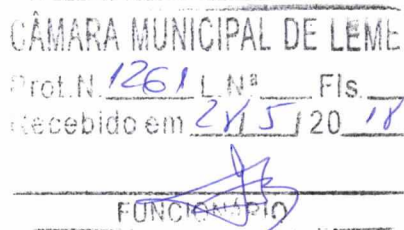


CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEME.

Proc. 1258



PROJETO DE LEI Nº 62/2018.

“Dispõe sobre a proibição de distribuição de propagandas mediante fixação de panfletos na parte externa de qualquer veículo automotor estacionado em vias e logradouros públicos no município de Leme.”,

Art. 1º Fica expressamente proibida à distribuição de propagandas mediante fixação de panfletos na parte externa de qualquer veículo automotor estacionado em vias e logradouros públicos no Município de Leme, com exceção de folhetos de fiscalização de trânsito (multa).

§ 1º - Os infratores incorrerão em multa no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) a cada infração, havendo reincidência será dobrado o valor da multa.

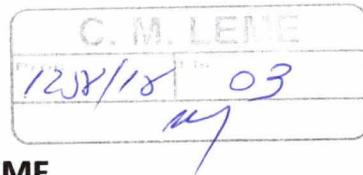
§ 2º - Apurado a irregularidade, o responsável pela propaganda será notificada e terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação para regularizar a situação.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões Prof. Arlindo Favaro, em 25 de maio de 2018



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

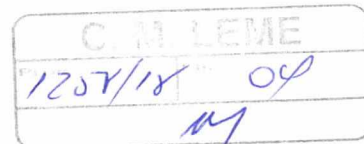


Carlos Alberto Leite
(Carlinhos da Gaita)
Vereador

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA
RESOLUÇÃO Nº 337/2016.**



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



JUSTIFICATIVA

É muito comum em nossa cidade as empresas distribuírem panfletos de propaganda e eles serem colocados nos para-brisas dos veículos, o que causa incomodo ao condutor e transtornos para a cidade.

Na maioria dos casos os motoristas tiram este panfleto do para-brisa e jogam no chão ou então o motorista entra no veículo, liga o limpador e o papel voa pela rua. Quando chove o papel se desfaz no para-brisa atrapalhando a visão dos condutores, aumentando seriamente a possibilidade de acontecerem acidentes e dessa forma, contribuem imensamente para o entupimento de bueiros na época chuvosa.

Além do que a distribuição de panfletos desta maneira acabam poluindo o meio ambiente, destacando que um papel leva cerca de 3 a 6 meses para se decompor, além de deixar a cidade suja, quando os motoristas os descartam pelo chão, existe também a possibilidade de o folheto atirado ao chão contribuírem para o entupimento de bueiros em nossa cidade, o que pode ocasionar sérias enchentes, criando mais transtornos para os munícipes.

Sala das Sessões Prof. Arlindo Favaro, em 25 de maio de 2018

Carlos Alberto Leite
(Carlinhos da Gaita)
Vereador

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA
RESOLUÇÃO Nº 337/2016.**

A Procuradoria Jurídica
para parecer em 28/5/18


PRESIDENTE

JUNTADA

em 29 de maio de 2018

foi juntada a estes autos do

Parecer Jurídico

Funcionário





Proc.	1258/18	Fis.	05

**PARECER JURÍDICO
ASSESSORIA JURÍDICA**

**EMENTA: PROJETO DE LEI N.º 62/2018 – DISPÕE
SOBRE A PROIBIÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE
PROPAGANDAS MEDIANTE FIXAÇÃO DE
PANFLETOS NA PARTE EXTERNA DE VEÍCULO
AUTOMOTOR.**

Senhor Presidente,

Conforme despacho, foi encaminhado a esta Procuradoria o projeto em questão e passamos a informar o que segue:

Trata-se de parecer jurídico para apreciação do projeto de lei acima descrito por esta Casa Legislativa.

O referido projeto, de autoria do Nobre Vereador Carlos Alberto Leite, busca instituir no Município a proibição de distribuição de propagandas mediante fixação de panfletos na parte externa de veículo automotor.

É o breve relatório.

Passo opinar.



Ab initio, cumpre observar que não compete a esta Procuradoria Jurídica examinar os critérios de conveniência e de oportunidade na presente proposição; a análise está restrita aos aspectos de legalidade e de técnica legislativa de todos os projetos, para efeito de admissibilidade e tramitação.

Senhor Presidente, a Constituição Federal de 1988 contemplou a existência de entes federativos em três esferas distintas a saber: União, Estados, Distrito Federal e Municípios, dotando cada um de autonomia e atribuindo a estes campos de atuação estatal determinados.

Com isso, o Constituinte conferiu aos Municípios, de forma suplementar, poder para agir, administrar e atuar em situações concretas, legislando sobre assuntos de interesse local, disposto no art. 30, incisos I¹ da Carta Magna.

Corroborando com este entendimento, preceitua o inciso I² do artigo 22 da Lei Orgânica do Município, que trata da competência desta Casa no tocante as matérias de competência do Município também trouxeram a possibilidade de a Câmara legislar nos casos de assuntos de interesse local.

Ademais, a presente matéria deve ser apreciada por meio de Lei Ordinária pois o tema em questão não se encontra no rol que estabeleceu as matérias que devem ser apreciadas por meio de Lei Complementar, conforme previu o artigo

¹ "Art. 30. Compete aos Municípios:
I - legislar sobre assuntos de interesse local;
(...)"

² "Art. 22 – Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispensada esta no artigo 23, dispor sobre todas as matérias competência do Município, e especialmente sobre:
I – Assuntos de interesse local, inclusive suplementando as legislações federal e estadual.
(...)"



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. LEME	
12/08/11	07

28³, parágrafo 1º da Lei Orgânica do Município, com isso, por uma interpretação a contrario sensu, o presente projeto vem tratando sua matéria pela via correta.

No que tange ao tema da aprovação dos Projetos de Leis Ordinárias, o art. 29⁴ da LOM trouxe que estes projetos serão aprovados por maioria simples dos Vereadores, ou seja, pela maioria dos presentes em Plenário após aberta a sessão, tal previsão vem no paragrafo 1º do art. 53⁵ do Regimento Interno desta Casa de Leis.

No que pese a iniciativa, como está previsto no *caput*, do artigo 30⁶, também da LOM – Lei Orgânica do Município, a iniciativa das Leis cabe a qualquer membro do Poder Legislativo, excetuada as matérias de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.

Em suma Sr. Presidente, o Projeto de Lei sob análise, conforme se constata do estudo supra, resulta, em princípio, proíbe a distribuição de propagandas mediante fixação de panfletos na parte externa de veículo automotor,

³ Artigo 28 - As Leis Complementares serão discutidas e votadas em dois turnos, com interstício mínimo de quatro dias, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos os turnos, o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, observados os demais termos de votação das Leis Ordinárias. (Emendas nºs 23/04 – 33/14)
§ 1º - Para os fins deste artigo, consideram-se complementares as leis concernentes a:

- 1 - o Plano Diretor do Município;
- 2 - o Código Tributário;
- 3 - o Código de Obras ou de Edificações;
- 4 - o Estatuto dos Funcionários Públicos;
- 5 - o Estatuto do Magistério;
- 6 - a organização da Procuradoria Geral do Município;
- 7 - o parcelamento do solo;
- 8 - o uso e ocupação do solo;
- 9 - a estrutura administrativa do Legislativo e do Executivo;
- 10 - a criação, transformação e extinção de cargos e aumento de vencimentos;
- 11 - a concessão de serviço público e de direito real de uso;
- 12 - a alienação e aquisição de bens imóveis, exceto em caso de aquisição por doação sem encargo.

⁴ Artigo 29 - As leis ordinárias serão aprovadas pela maioria simples dos membros da Câmara.

⁵ Art. 53 - As deliberações do Plenário serão tomadas por:

Parágrafo 1º - A maioria simples é a que representa o maior resultado de votação, dentre os presentes à reunião.

⁶ Artigo 30 – A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro da Câmara de Vereadores, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta lei.



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. LEME	
12/08/18	08

somente peca quanto ao ato de não determinar ao Executivo que regulamente, através de Decreto, a forma e quem irá fiscalizar e autuar o responsável pela propaganda.

Por todo o exposto, o presente projeto está em condições de tramitar por esta Casa Legislativa, ressalvada a observação feita, sendo levado a plenário para apreciação dos Nobres Edis, que dentro de suas prerrogativas tomarão a melhor decisão para a preservação do interesse público.

É o parecer S.M.J.

Leme, 29 de maio de 2.018.

Paulo Augusto Hildebrand
PROCURADOR JURÍDICO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 337/2016.

Ao Expediente

04/6/2018



PRESIDENTE

A(s) Comissão(ões) de:

C.J.F. ☒

O.F.C. ☒

O.S.P. ☐

S.E.C.L.T. ☐

P.U.O.P.S. ☐

Em 04/6/18

VISTA

Em 05 de 6 de 20 18

Com vista às comissões

Funcionário 

C. M. LEME	
1258/18	09
MY	

Câmara Municipal de Leme

Protocolo 001459
Processo 001456
Horário: 18/06/2018 14:01:16

William Carlos Zero da Silva

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Leme.

O Vereador que este subscreve **REQUER**, ao Presidente desta Casa de Leis, ouvido o Plenário nos termos Regimentais, seja retirado de tramitação o Projeto de Lei nº 62/2018, nos termos do artigo 188, alínea "b" do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, Prof. Arlindo Fávoro, em 18 de junho
de 2018.



Carlos Alberto Leite
Carlos Alberto Leite
Vereador